

ATA DA 4ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONFEMA

Aos 10 de abril de 2007 realizou-se a 4ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, sob a coordenação do Presidente do CONFEMA, Sr. Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho.

Expediente:

- Informe sobre o encerramento do projeto “Água Viva”, da entidade Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (Edital FEMA nº 01) .

Ordem do dia:

- Análise e deliberação sobre o projeto “Passando a Limpo o Ecoponto Vitória”, da entidade Ecos do Vitória - Educação e Gestão Ambiental (Edital FEMA nº 02).

Iniciou-se a reunião pelo ponto do expediente, referente ao informe sobre o encerramento do projeto “Água Viva”, da entidade Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (Edital FEMA nº 01).

A **Coordenadora Helena Magozo** disse que o projeto já tinha se encerrado, e que tinham recebido o Relatório e a Prestação de Contas da entidade. Explicou que assim que estivesse concluída a análise da Prestação Final de Contas, esta seria trazida para conhecimento dos Conselheiros.

Passou-se ao ponto da ordem do dia, referente à análise e deliberação sobre o projeto “Passando a Limpo o Ecoponto Vitória”, da entidade Ecos do Vitória - Educação e Gestão Ambiental (Edital FEMA nº 02).

A **Coordenadora Helena Magozo** disse que tiveram dois relatórios da Comissão de Acompanhamento Técnico, e também uma vistoria por parte do Conselheiro Jorge Badra. Falou que poderiam deliberar sobre o posicionamento da Comissão de Acompanhamento Técnico - CAT, de temporariamente haver a sustação do repasse dos recursos. Disse que a entidade Ecos do Vitória, presente à reunião, pediu para ler uma carta no final, e que estava, então, submetendo aos Conselheiros. Em seguida, leu o segundo relatório da CAT e a pág. 2 do Relatório da entidade Ecos do Vitória: ...”Assim, diante de tantas indefinições essenciais para o andamento do projeto, optou-se em mantê-lo fechado enquanto se organiza e procura novas formas de captação de recursos tanto para a capacitação dos trabalhadores, como para a reforma do local e a comunicação continuada além do prazo estipulado no convênio com a SVMA”. Disse que, até aquele momento, de um total de orçamento de R\$ 80.000,00, já havia sido repassado R\$ 55.253,00.

O **Conselheiro Jorge Badra** pediu para a Coordenadora Helena Magozo ler a conclusão do relatório da Comissão de Acompanhamento Técnico de 22 de janeiro.

A **Coordenadora Helena Magozo** leu a conclusão: “A visita ao Ecoponto, a reunião na escola e o relatório parcial de atividades

foram instrumentos de avaliação, constatando assim que houve um avanço no projeto "Passando a Limpo o Ecoponto Vitória". Contou que após o primeiro relatório da CAT, eles haviam conversado com a entidade, sobre a preocupação com o andamento do projeto, e que teria que haver uma superação desses impasses no desenvolvimento para que pudesse haver o repasse de recursos e acompanhar o projeto. Leu o relatório de vistoria feita pelo Conselheiro Jorge Badra.

A **Conselheira Maria Cristina Antunes** perguntou qual era o prazo total para o projeto.

A **Coordenadora Helena Magozo** respondeu que o prazo proposto era de seis meses, sendo que o primeiro recurso havia sido liberado em 21 de novembro de 2006. Disse, então, que estava aberto para o posicionamento dos Conselheiros.

O **Conselheiro Jorge Badra** pediu para ouvir os membros da entidade Ecos do Vitória que estavam presentes, para depois deliberarem.

A **Sra. Romilda Maria Hadad**, da entidade Ecos do Vitória, disse que tinham trazido uma carta que seria encaminhada ao Presidente. Falou que imaginavam que haveria um processo de cooperação, mas o que estavam tendo era uma sensação de uma relação de uma execução com algum tipo de controle, e não uma troca, porque eles todos estavam num processo de aprendizado, e que tudo o que estava sendo feito no Parque Vitória era um aprendizado para a cidade de São Paulo, e que esperavam que isso fosse sentido dessa forma por todos os demais. Leu a carta que havia trazido, referente à suspensão do repasse de verba do FEMA para o projeto "Passando a Limpo o Ecoponto Vitória". Falou que algumas questões tinham sido dificultadoras do trabalho deles, e que tiveram vários obstáculos para o desenvolvimento do projeto dentro do cronograma que haviam apresentado inicialmente, e revisado duas vezes. Disse que já tinham uma situação difícil em fevereiro de 2006, que se agravou até 24 de novembro, data da liberação da verba para o projeto; que a liberação da verba tinha acontecido no final do ano, época em que grande parte dos funcionários públicos cumpriam suas férias, inclusive as entidades consultadas para formarem parcerias; que estavam num processo de articulação desgastado pela demora da liberação da verba, e tiveram ainda que enfrentar dezembro, época de festas, onde os funcionários que os apoiavam no dia a dia, do trabalho, saúde e educação, estavam todos de férias, e portanto estavam num momento difícil de articulação; que foram pegos num momento de todo um desgaste na área, muito fora do foco; que o projeto tinha a finalidade de redirecionar para o foco inicial um projeto que vinha sendo executado sem recursos, por pura ideologia dos participantes; que reuniões conciliatórias tinham sido feitas entre julho e setembro de 2006 com os grupos que trabalhavam no Ecoponto, tentando driblar o desgaste; que, além disso, tinha havido uma permissão ao movimento nacional de catadores para que alguns grupos com

dificuldade em suas áreas, em seus bairros, pudessem ir trabalhar com eles usando a área ociosa de dois galpões, e que foram cedidos para a Vila Gustavo e Hortolândia; que tiveram problemas com o líder da Vila Gustavo, sofrendo várias ameaças, conforme havia sido registrado nos relatórios do projeto; que o clima de tensão impossibilitou a chamada de novos trabalhadores para participar do projeto; que o fechamento do Eco ponto, a interrupção da coleta seletiva em janeiro de 2007, havia sido uma estratégia para verificar entre outros grupos quem estaria apoiando o projeto; que somente em fevereiro tiveram a desocupação do terreno por parte do Sr. Hélio Dias; que no início de fevereiro se deram conta das fragilidades na concepção do projeto pedagógico para capacitação de agentes ambientais, que dependia do trabalho voluntário de técnicos para sua concepção e execução; que diante das experiências negativas com os grupos anteriores que haviam atuado no Eco ponto, resolveram reorientar o trabalho para o fortalecimento pedagógico e busca de novos financiadores para a continuidade do projeto; que a verba para a construção da área não havia sido aprovada pelo CONFEMA, fazendo com que a organização, que sobrevivia a custo mínimo, iniciasse exaustivo contato em busca de parcerias para a realização do projeto; que somente em meados de março haviam estabelecido parcerias com a organização Verde Ver, que desenvolvia um projeto na mesma direção do trabalho deles, e que iria fornecer assessoria técnica e estética para a construção com tecnologia para o aproveitamento do material orgânico, plástico e mineral; que a redação do Edital FEMA nº 02 havia apresentado falhas que haviam causado diversos problemas de entendimento entre as partes, que as planilhas de prestação de contas se mostraram ineficientes, que a verba deveria ser liberada numa única parcela, que as prestações de contas deveriam ser feitas 60 dias após o término do projeto, mas a Secretaria do CONFEMA havia considerado que a entidade deveria prestar contas mensalmente e num formato que controlasse o desembolso, diferente da regra estabelecida; que os técnicos da Comissão de Acompanhamento Técnico não haviam mantido contato com a organização para comunicar as datas das visitas deles conforme previsto no Edital; que mesmo diante de todas as dificuldades, eles vinham cumprindo a parte deles, informando os entraves e mostrando as saídas que tinham encontrado; que sendo os produtos do projeto o funcionamento do Eco ponto e a coleta seletiva eficiente, ficava claro que ela não poderia continuar sendo feita de modo precário e nem de forma a dar somente cumprimento às diretrizes de forma vazia; que estavam trabalhando arduamente na construção de parcerias sólidas que possibilitassem a sustentabilidade do projeto; que as articulações em torno da economia sustentável tinham se direcionado para a parceria entre a Subprefeitura Santana-Tucuruvi e Casa Verde-Cachoeirinha, onde atuava a ONG Verde Ver, com a proposta das escolas de sustentabilidade

que iriam trabalhar integradas aos Ecopontos, e cuja proposta já contava com o apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; que intrigou-os o fato de haver a suspensão da verba sem antes terem acontecido advertências ou reuniões de acompanhamento da CAT, conforme solicitado no projeto, possibilitando o monitoramento e respostas à Comissão que evitariam o processo extremamente desgastante para a equipe do projeto; que em 23 de janeiro de 2007 procuraram o apoio da SVMA para articular a liberação de profissionais de outras Secretarias para que compusessem a equipe de capacitação, e que até o momento estavam aguardando que se cumprissem os encaminhamentos feitos pelo Secretário naquela data à Coordenação de Educação Ambiental; que haviam solicitado também apoio para a negociação com a família Mota Ferraz a respeito da definição de um comodato mais extenso, e ainda aguardavam prosseguimento da Coordenação de Planejamento; que consideravam que o problema de comunicação existente poderia ser facilmente desfeito, e que poderiam inclusive apresentar um aditamento ao projeto para extensão do tempo de execução, o que permitiria que eles superassem as dificuldades. Em relação ao contato com o Conselheiro Jorge Badra, disse que houve apenas um contato entre eles, onde solicitou que ele deixasse o número de telefone para retornar, e que depois disso tentou contato com ele e não conseguiu; que não era difícil falar com a entidade deles, porque tinham três telefones para contato.

O **Conselheiro Jorge Badra** disse que com os três telefones que lhe foram passados, não conseguiu contato, pois ninguém atendeu às ligações; que depois conseguiu um outro telefone, que deveria ser da residência dela, e depois tinha sido passado o celular dela. Pediu esclarecimentos à Coordenadora Helena Magozo sobre a reunião ocorrida no dia 23 de janeiro de 2007. A **Coordenadora Helena Magozo** disse que nessa reunião o Ecoponto apresentou o projeto mencionado no relatório, de articulação com diversas Secretarias, em termos de um projeto de recuperação da área do Parque Vitória, uma coisa além do projeto; e que nessa reunião o Secretário Eduardo Jorge já tinha, depois do primeiro relatório, que ela já tinha conversado com a Sra. Romilda e com a Sra. Daniela pessoalmente, e dito da preocupação que estava com relação ao andamento do projeto, principalmente porque o recurso estava sendo todo retirado; que outras entidades estavam tendo dificuldades mas não estavam utilizando o recurso, estavam justificando, e eram apresentadas propostas de reajuste e o CONFEMA decidia. Disse que a preocupação ocorreu porque dos R\$ 80.000,00, mensalmente houve retirada do recurso da conta, e eles trabalhavam com dinheiro público; que não era uma questão pessoal de cooperação ou não cooperação, pois tinha obrigação, enquanto agente público, de zelar pelo recurso que fosse público, senão isso poderia reverter contra o próprio CONFEMA. A **Sra. Daniela de Sá**, da entidade Ecos do Vitória, disse que

queria dar dois esclarecimentos: 1º) que não esteve presente à primeira reunião, apenas a Sra. Romilda, e que ela havia passado a eles as solicitações, que tinham sido fruto da primeira visita da CAT, no final do ano; 2º) que na segunda reunião, a pauta tinha sido basicamente um esclarecimento sobre o Edital, de prestação de contas, e que ela tinha colocado a questão da sua relação com a CAT, enquanto gestora, e solicitou um feedback dos relatórios, pois não tinham acesso; e que sobre o acompanhamento do CAT que foi pedido inicialmente, por ofício, que fosse do Núcleo Norte, houve um problema de comunicação de ambas as partes.

A **Sra. Eliana Rizzini**, membro da Comissão de Acompanhamento Técnico, disse que, pela fala da entidade Ecos do Vitória, parecia ter havido um equívoco de diagnóstico, porque mesmo sabendo ser difícil trabalhar com resíduos sólidos e com organização de Cooperativas, o que tinham visto era uma sucessão de problemas; que tecnicamente não tinha havido avanço na parte dos programas de educação ambiental; que a todo momento estiveram com funcionários do FEMA trocando idéias a respeito de se já não era o momento de o trabalho de educação ambiental acontecer; que o que a entidade estava dizendo era que, pelos conflitos internos da Cooperativa, não tinha havido nenhum avanço, que houve uma programação, por etapas, a serem cumpridas, só que não tinha avançado; que a Cooperativa tinha sido fechada por uma questão estratégica, conforme o relatório da entidade, mas que tudo tinha um limite de data, pois haviam criado uma expectativa em relação à comunidade do entorno e o projeto não tinha acontecido; que existia um compromisso com a comunidade; que a primeira parcela do recurso para o projeto havia sido liberada em novembro, cinco meses haviam se passado, e não podiam dizer que o trabalho tivesse avançado; que a todo momento estavam gerenciando os conflitos para que houvesse condições para que o programa de educação ambiental acontecesse; que havia um produto a ser cumprido, um programa educacional, que por uma série de fatores não aconteceu; que acreditava que deveriam ser gerenciados o aspecto interno da Cooperativa, numa estrutura, e outra estrutura, a da comunidade, que mesmo que funcionasse precariamente a coleta seletiva, mas que ela não parasse, e o que houve foi que a entidade colocou um container em frente à Cooperativa para que a população deixasse seus resíduos lá; perguntou o que fazer, decorridos cinco meses, se não tinha acontecido o que tinha sido estabelecido no compromisso de trabalho; com relação ao aspecto da aplicação do dinheiro, lhe parecia que para liberar mais verba para um trabalho que ainda estava envolvendo a parte de empenho de cunho educacional, não tinham tanta segurança nesse sentido, e poderiam afirmar que não.

A **Conselheira Maria Cristina Antunes** disse que de tudo o que tinha sido relatado, achava que tinha havido realmente deficiência de ambas as partes, e que estavam todos lá realmente

em parceria, e todos queriam que o dinheiro do Fundo fosse bem aplicado, produzindo resultados de ganho social. Falou que acreditava que os problemas teriam que ser remediados, mas que, por se tratar de dinheiro público, as liberações de recursos eram feitas mediante o cumprimento de tarefas; precisavam ver o que tinha sido feito com o recurso já liberado, pois a Sra. Romilda havia mencionado trabalho voluntário, e no projeto aprovado havia previsão de remuneração de profissionais; que se tinha havido um problema que impediu a contratação e o desenvolvimento do programa pedagógico, ou a implantação física para poder viabilizar um projeto pedagógico, então o recurso correspondente a essas etapas não poderia ser liberado. Falou que, na sua avaliação, eles deveriam se empenhar em recuperar o projeto, colocá-lo nos eixos, para que ele chegasse ao fim; que teria que haver uma reestruturação do projeto, e que caso isso demandasse uma suspensão temporária dos recursos, ela apoiava, pois senão talvez depois não sobrasse recurso para dar sustentabilidade ao projeto. O **Conselheiro Jorge Badra** disse que observou que a entidade havia investido muito em material, com a compra do caminhão, roçadeira e prensa e outros equipamentos, e a parte do aprendizado, que seria da educação, tinha ficado relegado a um terceiro plano. Falou que era a favor de retomar o projeto, e que a entidade deveria fazer um novo cronograma de execução.

O **Conselheiro Sergio Costa** lembrou que os objetivos específicos do projeto eram: reorganizar e ampliar a Cooperativa dos catadores objetivando a geração de renda, promover a educação e comunicação ambiental para lixo e reciclagem, e mobilizar a comunidade para mudança de hábitos em relação a resíduos sólidos. Sugeriu que fosse estabelecido um novo cronograma junto com a Comissão de Acompanhamento Técnico. O **Conselheiro Luiz Roberval** disse que fazia coro com os outros conselheiros, e que o CONFEMA tinha como intenção aprovar a maior quantidade de projetos, e que a preocupação que a entidade tinha era a preocupação deles também; e que o zelo com o dinheiro público também não era característica única dos representantes do poder público, mas também de toda a sociedade.

A **Conselheira Maria Cristina Antunes** disse que era favorável a um rearranjo do que tinha sido inicialmente proposto, mas que tinha uma preocupação com a sustentabilidade do projeto após o encerramento da parceria com o FEMA.

O **Presidente Eduardo Jorge** lembrou que o FEMA de São Paulo era um dos únicos que estava em funcionamento, e que o dinheiro do Fundo sofria a mesma fiscalização que o da Secretaria, e que ia parar no Tribunal de Contas, sendo os Conselheiros responsáveis, e ele, como Presidente, também, além das entidades que gastassem mal, que também seriam responsáveis. Disse que era preciso ter noção de que haviam questões não previstas no projeto, e que a Secretaria não poderia

decidir se outras Secretarias iriam ceder funcionários para o projeto em questão, pois não estava no âmbito de sua autoridade, assim como a questão levantada sobre o proprietário do terreno concordar ou não com o comodato; que uma coisa era pedir a cooperação da Secretaria, e a Secretaria poderia tentar ajudar, como havia tentado, e outra coisa era dizer que por causa disso o projeto não tinha funcionado, pois isso não estava previsto quando foi aprovado o projeto.

Foi aprovada, por unanimidade, a continuidade do projeto

“Passando a Limpo o Ecoponto Vitória”, da entidade

Ecos do Vitória - Educação e Gestão Ambiental,

condicionada a uma reorganização de suas etapas e

apresentação de novo cronograma físico-financeiro;

ficou mantido o valor de R\$ 80.000,00 para realização

do projeto; e foi estabelecido prazo máximo de 10 (dez)

dias para a entidade apresentar a documentação solicitada.

E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos.

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA

Presentes:

Conselheira titular Rita de Cássia Ogera - SEMPLA

Conselheiro titular Luiz Roberval Garrido Rariz - Secretaria de Finanças

Conselheiro titular Jorge Jamal Ayad Badra - CADES

Conselheiro titular Sergio Rogério Cesário Costa - Instituto de Engenharia

Conselheira titular Maria Cristina Almeida Antunes - SAJAPE

Conselheira suplente Claudia da Silva - Secretaria de Finanças

Presidente do CONFEMA

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Secretário Executivo

Rubens Borges

Convidados:

Eliana Sapucaia Rizzini - Comissão de Acompanhamento Técnico/ FEMA

Helena Aparecida Brasil - Comissão de Acompanhamento Técnico/ FEMA

Edna Antonia da Silva - Comissão de Acompanhamento Técnico/ FEMA

Romilda Maria Hadad - Ecos do Vitória

Daniela de Sá - Ecos do Vitória